Agenda do Congresso Nacional: 9 a 13 de novembro de 2026

09.11.2026 9 minutos de leitura

Profissionais relacionados

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Isabel Nogueira

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

Agenda do Congresso Nacional

Para aprimorar a experiência de leitura da **Agenda Semanal do Congresso Nacional**, dividimos os eventos e proposições por áreas temáticas, que também poderão ser acessadas em nosso site. Dessa forma, torna-se mais simples localizar os temas de interesse, seja no âmbito da **Câmara dos Deputados**, seja do **Senado Federal**.

Confira os principais eventos do **Congresso Nacional** organizados de acordo com as diferentes áreas de prática atendidas pelo BMA Advogados. Caso deseje acompanhar os destaques de alguma área específica, basta consultar a lista abaixo:

- **Solução de Conflitos:** PL 2918/2025, PL 533/2019;
- **Mercados Financeiro e de Capitais:** PL 2091/2023, PL 5256/2025;
- **Tributário:** PL 2791/2022, PL 1666/2025, PL 6173/2025;
- **Indústria:** PL 4621/2024;
- **Infraestrutura, Regulação e Assuntos Governamentais:** PLP 230/2025, PL 3801/2025, PL 7045/2025;
- **Energia:** PLP 109/2025, PLP 100/2026;
- **Proteção de Dados e Cybersecurity:** PL 2575/2025;
- **Confira as novas proposições**
- **Notícias da semana anterior**

Solução de Conflitos

PL 2918/2025

Acrescenta o procedimento judicial de homologação de acordo extrajudicial e dá outras providências.

- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, terça-feira (10/11), às 14h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 533/2019

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.

- **Comissão de Defesa do Consumidor, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mercados Financeiro e de Capitais

PL 2091/2023

Altera a Lei nº 6.385/1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quarta-feira (11/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

PL 5256/2025

Disciplina a compra e a venda de ativos virtuais por pessoas físicas residentes e por pessoas jurídicas sediadas no País.

- **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  SENADO FEDERAL

Tributário

PL 2791/2022

Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

- **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, terça-feira (10/11), às 14h30.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1666/2025

Revoga a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, para extinguir o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) adotado no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 6173/2025

Institui Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado – Programa OEA, programa de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Indústria

PL 4621/2024

Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.

- **Comissão de Serviços de Infraestrutura, terça-feira (10/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

Infraestrutura, Regulação e Assuntos Governamentais

PLP 230/2025

Altera a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), e a Lei nº 9.998/2000, para os fins que especifica.

- **Sessão Deliberativa Ordinária, quarta-feira (11/11), às 14h.**
  SENADO FEDERAL

PL 3801/2025

Institui o Programa Nacional de Modernização da Infraestrutura dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações (PNMIET), com o objetivo de promover a segurança urbana, a organização do espaço público e a preservação das cidades brasileiras.

- **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quarta-feira (11/11), às 9h.**
  SENADO FEDERAL

PL 7045/2025

Estabelece normas para responsabilização administrativa, civil e penal de empresas e responsáveis técnicos pela sobrecarga de postes utilizados para distribuição de energia elétrica ou suporte de redes de telecomunicações, e dá outras providências.

- **Comissão de Desenvolvimento Urbano, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  SENADO FEDERAL

Energia

PLP 109/2025

Dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do § 1º do art. 145 da Constituição Federal.

- **Sessão Deliberativa Ordinária, terça-feira (10/11), às 14h.**
  SENADO FEDERAL

PLP 100/2026

Estabelece normas gerais de direito financeiro, governança e responsabilidade na gestão dos fundos extra orçamentários, encargos e subsídios do setor elétrico, e dá outras providências.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proteção de Dados e Cybersecurity

PL 2575/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de provedores de aplicações de internet manterem representação legal no território nacional.

- **Comissão de Desenvolvimento Econômico, quarta-feira (11/11), às 10h.**
  CÂMARA DOS DEPUTADOS

Confira as novas proposições

- **PL 5783/2026:** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para determinar que os intervalos intrajornada para repouso ou alimentação sejam computados na duração do trabalho e remunerados como de serviço efetivo.
- **PLP 285/2026:** Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para autorizar que o aproveitamento de créditos relativos à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) passíveis de ressarcimento ou restituição seja realizado mediante compensação com débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- **PEC 22/2026:** Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da proposta de emenda à Constituição que "Altera o Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias para disciplinar a transição para a cobrança do Imposto Seletivo."

- **MPV 1399/2026:** Estabelece alíquotas e normas complementares aplicáveis ao Imposto Seletivo para o ano-calendário de 2027, em Regime de Implementação Gradual.
- **PDL 1025/2026:** Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, dispositivos do Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS, relativos ao recolhimento na liquidação financeira da transação (*split payment*).
- **PLP 286/2026:** Institui a Lei de Credibilidade Fiscal, com trajetória plurianual de resultado primário de cumprimento certificado de forma independente, medidas de correção em caso de descumprimento e instrumentos de coordenação entre as políticas fiscal e monetária; e altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.
- **PLP 282/2026:** Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para instituir a verificação anual de excesso de arrecadação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e assegurar a transparência do cálculo das alíquotas de referência.

Notícias da semana anterior

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Comissão mista aprova terceira edição de plano para auxiliar exportadores atingidos pelo tarifaço norte-americano
- Medida provisória regulamenta o Imposto Seletivo para 2027

SENADO FEDERAL

- CAE terá audiência sobre fim das bets
- Senado Aprova: PEC da Segurança Pública

AGRONEGÓCIO

- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.705, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026: Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de material propagativo de begônia (Begonia spp.) produzido em qualquer origem.
- PORTARIA MAPA Nº 968, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2026: Dispõe sobre os critérios e procedimentos para a concessão da Medalha e do Diploma Mérito da Defesa Agropecuária e institui sua Comissão de Avaliação.
- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.699, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2026: Atualiza

os requisitos fitossanitários para a importação de material propagativo de gypsophila (Gypsophila spp.) produzido em qualquer origem.

- PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.701, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2026: Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de caules frescos de aspargo (Asparagus officinalis) produzidos nos Estados Unidos Mexicanos.
- PORTARIA MAPA Nº 965, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2026: Publica os preços mínimos para os produtos extrativos da safra 2027, fixados pelo Conselho Monetário Nacional.
- PORTARIA SPA/MAPA Nº 379, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026: Altera os Anexos das Portarias SPA/MAPA nº 3 e 4, de 7 de fevereiro de 2024, e das Portarias SPA/MAPA nº 222, 223, 224 e 225, de 23 de maio de 2025, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para as culturas da cebola e da batata mesa e indústria.
- CNA leva posicionamento do agro brasileiro para a COP31
- Ministro André de Paula destaca papel do agro na transição energética durante reunião do CNPE
- Mapa lança plataforma Agro+Eventos para integrar ações de promoção do agronegócio no Brasil e no exterior
- Exportações crescem 20% em outubro, puxadas pelo petróleo
- Filipinas suspendem importações de carne de porco por 60 dias; país é maior cliente do Brasil

TELECOMUNICAÇÕES

- Consulta Pública nº 47, de 26 de outubro de 2026: Submete a contribuições e sugestões do público geral pedido recebido pela Agência para alteração do Direito de Exploração de Satélite Estrangeiro referente ao sistema Starlink, para inclusão das faixas de frequências de 92 - 94 GHz, 94,1 - 95 GHz, 95 - 100 GHz, 102 - 105 GHz, 105 - 109,5 GHz e 111,8 - 114,25 GHz (enlaces de subida). A solicitação foi protocolizada ante a Anatel pela empresa Starlink Brazil Holding LTDA., representante legal indicada pela operadora de satélites Space Exploration Holdings LLC.
- RESOLUÇÃO ANATEL Nº 793, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2026: Aprova o Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO ANATEL Nº 794, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026: Altera o Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações para dispor sobre obrigações de atendimento a Usuários visitantes.
- Anatel publica novas regras para prevenir fraudes por meio de SMS
- Alexandre Freire assumiu nessa quinta-feira (5/11) a presidência da Anatel
- Anatel aprova regras de roaming para ampliar conectividade em rodovias e pequenas localidades
- Ministério das Comunicações define empresas para instalar internet em CRAS de todos os estados

TRANSPORTES

- PORTARIA Nº 746, DE 8 DE SETEMBRO DE 2026: Aprova o Plano de Outorga da concessão para a exploração das rodovias BR-116/392/RS denominado "Rota Portuária do Sul".
- PORTARIA Nº 964, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2026: Torna pública a abertura de consulta pública para recebimento de contribuições à proposta de Portaria que estabelece diretrizes de política pública para aplicação dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT) no âmbito das concessões rodoviárias federais.
- ANTT e Banco Mundial promovem fórum latino-americano sobre gestão de ativos rodoviários
- ANTT realiza Reunião de Diretoria Pública na segunda-feira (9) com pauta sobre sustentabilidade, Free Flow e transporte de cargas
- ANTT publica documento e esclarece prazos para pagamento do frete
- PNL 2050: prazo para contribuições aos planos setoriais de transportes é prorrogado até 15 de novembro

› PROFISSIONAIS

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci

Isabel Nogueira